

SUMÁRIO

NOTA À 21ª edição	23
Notas às Edições Anteriores	25
Introdução	33
 Capítulo I – A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	 37
1. Introdução	37
2. A tributação na Constituição	39
3. Noção de competência tributária	40
4. Os titulares das competências tributárias	41
5. A competência tributária e a norma-padrão de incidência dos tributos	46
6. A competência para criar impostos	49
7. Breves considerações acerca da Emenda Constitucional n. 132/2023	51
 Capítulo II – O ICMS NA CONSTITUIÇÃO	 55
1. Considerações gerais	57
2. Imposto sobre operações mercantis (o ICMS sobre as operações mercantis)	59
2.1 Preliminares	59
2.2 Sujeitos passivos	61
2.3 Âmbito de incidência	63
2.3.1 Noção de “mercadoria” para fins de tributação por via de ICMS	65
2.4 Momento do nascimento da obrigação tributária	69
2.5 Primeiras conclusões	75
2.6 Considerações em torno do ARE 1.255.885 e da ADC 49/RN	81
2.7 Tributação das importações de mercadorias e bens	84

2.7.1	Momento em que nasce a obrigação de pagar ICMS nas importações	92
2.7.2	ICMS e importação “por conta e ordem” e “por conta própria, com pedido prévio de encomendantes”. Local da incidência e sujeito passivo	98
2.7.3	ICMS e importação, por particular, de bem destinado a seu uso próprio	104
2.7.4	O regime aduaneiro de admissão temporária para utilização econômica de bens e a não incidência do ICMS	110
2.8	Casos de não incidência	117
2.9	Base de cálculo	117
2.10	Alíquota. A Resolução do Senado Federal 13, de 25.4.2012	119
2.10.1	Percentuais	128
2.11	Questões conexas	133
2.11.1	Cooperativas de consumo. Sua intributabilidade por via de ICMS enquanto praticam atos típicos	133
2.11.2	Sujeição passiva indireta (responsabilidade tributária)	136
2.11.2.1	Responsabilidade por substituição no ICMS	137
2.11.2.2	Responsabilidade por transferência no ICMS	141
2.11.2.3	Outras considerações	143
2.11.3	O ICMS e as vendas financiadas de mercadorias	143
2.11.3.1	Aprofundamento da questão	146
2.11.3.2	A tributabilidade da empresa por meio de IOF	159
2.11.3.3	Síntese final	164
2.11.4	O ICMS e as vendas com bonificação em mercadorias	164
2.11.4.1	Generalidades	165
2.11.4.2	A “base de cálculo possível” do ICMS sobre operações mercantis	166
2.11.4.3	O art. 146 da CF e a “base de cálculo possível” do ICMS incidente sobre operações mercantis. O alcance do art. 13, § 1º, II, da Lei Complementar 87/1996	166
2.11.4.4	A legislação ordinária e o modo de se apurar a base de cálculo do ICMS quando ocorrem vendas com bonificação em mercadorias	167

2.11.4.5	Aprofundamento do assunto	169
2.11.4.6	Efeitos da “resposta dada à consulta” mencionada no subitem anterior	173
2.11.4.7	A “recuperação” das quantias de ICMS indevidamente recolhidas	173
2.11.4.8	O falso problema do preenchimento eventualmente incorreto ou lacunoso das notas fiscais	175
2.11.4.9	“Vendas bonificadas” e “substituição tributária”	176
2.11.4.10	Síntese final	177
2.11.5	O ICMS e a empreitada de construção civil, com fornecimento de material produzido pelo empreiteiro fora do local da obra. Sua não incidência	177
2.11.6	O ICMS e a mercadoria que não transita pelo estabelecimento do transmitente	181
2.11.7	O ICMS e o arrendamento mercantil (“leasing”). Sua inexigibilidade	182
2.11.8	A não incidência de ICMS sobre seguros e juros	187
2.11.9	A não incidência de ICMS sobre a venda de “salvados de sinistros”	188
2.11.10	A não incidência de ICMS sobre a mudança de endereço	188
2.11.11	A não incidência de ICMS sobre a venda de bens do ativo fixo	188
2.11.12	A não incidência de ICMS sobre o “autoconsumo”	188
2.11.13	A não incidência de ICMS sobre as operações praticadas com “amostras grátis” e a saída (com posterior retorno) de bens para fins de “demonstração”	189
2.11.14	Da não incidência de ICMS sobre o valor do licenciamento do uso de “softwares”	189
2.11.14.1	Generalidades	189
2.11.14.2	Da cessão de direitos e de sua intributabilidade, quer por meio de ICMS, quer de ISS	193
2.11.14.3	Posição da jurisprudência	198
2.11.15	A “cessão de direitos” e a impossibilidade jurídica de ela ser alcançada pelo ICMS	200

2.11.15.1	A situação tributária das empresas que locavam filmes em suporte de DVD/ videocassete	202
2.11.16	A intributabilidade por meio de ICMS do fornecimento domiciliar de água potável. Questões conexas	204
2.11.17	O ICMS e a imputação de pagamento. O inadequado tratamento dispensado ao assunto pela legislação paulista	206
2.11.18	Avárias, extravios e outros eventos. Sua inidoneidade para, de per si, fazer presumir a ocorrência do “fato imponível” do ICMS	211
2.11.19	Operações mercantis internas com cápsulas de café – redução da base de cálculo – exegese do art. 3º, III, do Anexo II, do RICMS/SP e do Convênio ICMS n. 128/1994 ...	213
3.	O ICMS sobre produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e de energia elétrica	221
3.1	O ICMS sobre operações relativas à energia elétrica	222
3.1.1	Base de cálculo	233
3.1.2	Alíquota	240
3.1.3	A inconstitucionalidade da base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica no Estado de São Paulo. Suas alíquotas	240
3.1.4	O furto de energia elétrica. Sua intributabilidade por meio de ICMS	242
3.1.5	O art. 33, II, “b”, da Lei Complementar 87/1996 e sua interpretação “conforme a Constituição”	248
3.2	O ICMS sobre a produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos	253
3.2.1	Hipótese de incidência	253
3.2.2	Base de cálculo	255
3.2.3	Alíquotas	255
4.	O ICMS sobre a extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais	256
5.	O ICMS sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal	257
5.1	Considerações gerais	257
5.2	Âmbito de abrangência	260
5.3	Casos de não incidência	262
5.4	Hipótese de incidência	262

5.5	Sujeito passivo possível	264
5.6	A intributabilidade por meio de ICMS do autotransporte interestadual. Irrelevância da existência de várias inscrições estaduais	264
5.7	Tributação de serviço de transporte internacional	268
5.8	Tributação de serviços de transporte sucessivos	271
5.9	“Courier”. Sua tributabilidade por meio de ICMS	272
5.10	Base de cálculo	272
5.11	Alíquota	274
6.	O ICMS sobre serviços de comunicação	274
6.1	Considerações gerais e hipótese de incidência	274
6.2	Casos de não incidência e questões conexas	301
6.3	Sujeito ativo e sujeito passivo	304
6.4	A intributabilidade por meio de ICMS da disponibilização dos meios materiais necessários à prestação dos serviços de telecomunicação internacional	304
6.5	A intributabilidade (em tese) por meio de ICMS da prestação dos serviços de comunicação estritamente locais	311
6.6	Base de cálculo	312
6.7	Alíquota	313
6.8	Ato de habilitação do aparelho celular e transferências de titularidade de assinaturas relativamente ao sistema móvel celular e questões conexas. Inexigibilidade do ICMS	313
6.9	O ICMS-Comunicação e as vendas de cartões indutivos e para celulares	320
6.10	Locação de espaços em satélites. Não incidência do ICMS	323
6.11	Serviços de provedor de acesso à Internet e à Intranet. Inexigibilidade do ICMS	328
6.12	TVs por assinatura. Inexigibilidade do ICMS	336
6.12.1	Taxa de adesão. Inexigibilidade do ICMS	337
6.13	Empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens (televisão aberta). Inexigibilidade do ICMS	338
6.14	Serviço de “paging”. Sua tributabilidade por meio de ICMS	340
6.15	A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o serviço postal. Intributabilidade por meio de ICMS	341
7.	O ICMS e o “Super Simples”	343

8. A “Internet das Coisas” e a tributação por meio de ICMS	347
9. A tributação no ambiente da “computação em nuvem”	349
10. Conclusão do capítulo	354

Capítulo III – A BASE DE CÁLCULO “POR DENTRO” DO ICMS. SUA INCONSTITUCIONALIDADE 357

1. Generalidades e definição	357
2. Funções da base de cálculo	358
3. Consequência importante	360
4. A lei complementar e a base de cálculo dos tributos	361
5. A base de cálculo do ICMS na Lei Complementar 87/1996. A inconstitucionalidade de seu art. 13, § 1º, I	364
5.1 Colocações preliminares	364
5.2 Desenvolvimento da ideia	364
5.3 Majoração indevida das alíquotas do ICMS	365
5.4 Esclarecimentos	366
6. O modo de apurar a base de cálculo do ICMS, tal como preconizado na legislação ordinária. Sua insubsistência	367
6.1 Considerações gerais	367
6.2 Das inconstitucionalidades da legislação estadual e do Distrito Federal, no respeitante à base de cálculo do ICMS	368
7. Outros desdobramentos	371
8. Síntese conclusiva	371

Capítulo IV – A MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA “PARA FRENTE” NO ICMS 375

1. Introdução	375
2. A substituição tributária “para frente”: noções gerais e questões conexas	380
2.1 A inconstitucionalidade do art. 1º da Emenda Constitucional 3/1993	383
2.2 Ainda a tributação por “fato futuro”	384
3. A substituição “para frente” e o art. 10 da Lei Complementar 87/1996	393
3.1 A restituição do ICMS e o inusitado Decreto paulista 41.835/1997	397
4. Substituição tributária “para frente” e tipicidade da tributação	397

5. Outras inconstitucionalidades	401
6. A inconstitucionalidade do “Convênio 66/1988” enquanto “cuidava” da substituição tributária “para frente”	402
7. A uniformização de jurisprudência do STJ e do STF	404
8. Novas considerações	406
9. Síntese Conclusiva	417

Capítulo V – O PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE NO ICMS 423

1. Introdução	423
2. O “mecanismo” das deduções	428
3. O direito de crédito e a efetiva cobrança nas operações anteriores	429
3.1 A desnecessidade da “efetiva cobrança” nas anteriores operações ou prestações	429
3.1.1 Aspectos gerais	429
3.1.2 Da impossibilidade de perda dos créditos de ICMS quando empresas adquirem mercadorias, em outras Unidades Federadas, de beneficiários de incentivos fiscais concedidos sem apoio em convênios	433
3.1.3 Considerações adicionais. A preservação da boa-fé do contribuinte	438
3.2 Irrelevância da “origem” dos créditos de ICMS	448
4. Modo de se implementar a “compensação”, já que o ICMS “não é” um imposto sobre valor agregado	450
4.1 A chamada “venda com prejuízo” e o direito aos créditos de ICMS ...	453
4.2 O método de apuração do “quantum” de ICMS a pagar	456
4.3 Irrelevância da destinação	458
4.4 O sistema de créditos presumidos e o princípio da não cumulatividade	459
4.5 A inconstitucionalidade do Convênio ICM-9/1976	460
5. Origem exclusivamente constitucional do “princípio da não cumulatividade”	467
6. Restrições constitucionais ao “princípio da não cumulatividade”	469
6.1 Diferimento	476
7. Alcance da lei complementar no concernente ao “princípio da não cumulatividade”	481

8. Síntese necessária	486
9. O art. 23 da Lei Complementar 87/1996	486
10. Créditos de ICMS relativos a bens que se destinam a uso, consumo ou ativo permanente	490
10.1 Considerações gerais	490
10.2 A inconstitucionalidade do art. 31, II, do Convênio ICM-66/1988 e sua superação pelo art. 20 da Lei Complementar 87/1996	493
10.2.1 Análise jurídica do art. 155, § 2º, XII, “c”, da CF	505
10.3 Novas observações	505
10.4 Aplicações práticas	507
10.5 Da forma de apuração dos créditos de ICMS oriundos de operações de exportação e da possibilidade de transferência, para outros contribuintes da mesma Unidade Federada, dos eventuais saldos remanescentes	508
10.6 Outras inconstitucionalidades da legislação	514
10.7 Considerações adicionais	516
11. Questões conexas	517
12. Da Possibilidade de compensação de débitos de ICMS-ST, com créditos de ICMS Destacado	523
13. Correção monetária dos créditos de ICMS	525
13.1 Critério de contagem da correção monetária	532
13.2 Prazo decadencial para aproveitamento de créditos pretéritos	535

Capítulo VI – SELETIVIDADE EM FUNÇÃO DA ESSENCIALIDADE DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS 539

1. Considerações gerais	539
2. O direito fundamental à vida e à saúde, o ICMS--Operações Mercantis e o princípio da seletividade	547

Capítulo VII – O “DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS” NO ICMS DO ESTADO DE SÃO PAULO. SUA INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: POSSIBILIDADE JURÍDICA. QUESTÕES CONEXAS 555

1. Circunscrição do problema	555
2. A vedação ao “enriquecimento sem causa” por parte do Estado	556
3. Fundamento do direito ao ressarcimento. Questão incontroversa	556
4. A “repetição do indébito” e a “compensação”	557

5. “Repercussão financeira” e “repercussão jurídica”	559
6. O ICMS e o art. 166 do CTN	562
7. O princípio da não cumulatividade e a repetição do indébito	564
8. Considerações finais	566

Capítulo VIII – AS ALÍQUOTAS PARA AS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES QUE DESTINEM BENS E SERVIÇOS A CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO 569

1. Considerações iniciais	569
2. A inconstitucionalidade do Protocolo ICMS-21/2011	572
3. O novo tratamento jurídico dado pela Emenda Constitucional 87, de 16.4.2015	574
4. Desenvolvimento da ideia	576
5. Explicação necessária	576
6. Da não autoaplicabilidade dos incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da CF	578
7. Da impossibilidade jurídica de ser editada, no caso em estudo, a lei complementar estadual veiculadora de “normas gerais em matéria de legislação tributária”	580
8. Da inconstitucionalidade do Convênio ICMS-93/2015	583
9. A Lei Complementar n. 190, de 4 de janeiro de 2022	586
9.1 Inteiro	586
9.2 Da não autoaplicabilidade da Lei Complementar 190/2022, que regulamentou a cobrança do DIFAL/ICMS	595
9.3 Da impossibilidade jurídica de convalidação das leis ordinárias anteriores à edição da Lei Complementar Nacional n. 190/2022	597
9.4 Da impossibilidade de cobrança do DIFAL/ICMS, enquanto não estiverem em funcionamento o Portal Nacional do DIFAL e a ferramenta de apuração centralizada do imposto (art. 24-A da LC nº 87/1996)	599
9.5. O STF Validou A Cobrança Do ICMS/DIFAL, já no exercício de 2022 ...	604
10. O impropriamente chamado “DIFAL antecipatório” (operação ou prestação interestadual com operação ou prestação subsequente). A inconstitucionalidade da sua cobrança das microempresas e das empresas de pequeno porte, vinculadas ao “simples nacional”	605

Capítulo IX – O ART. 155, § 2º, IX, “B”, DA CF 611

Capítulo X – IMUNIDADES 615

1. Considerações gerais 615
2. Imunidades de ICMS sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior 622
3. Imunidade de ICMS sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica 627
4. Imunidade de ICMS sobre o ouro nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º, da CF 635
5. Imunidade de ICMS nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita 635

Capítulo XI – BASE DE CÁLCULO DO ICMS NA HIPÓTESE DEFINIDA NO ART. 155, § 2º, XI, DA CF 637

Capítulo XII – ISENÇÃO 639

1. Isenção concedida por meio de decreto legislativo estadual ou distrital 642
 - 1.1 Isenções de ICMS condicionais e incondicionais 657
2. Cessão onerosa de créditos tributários parcelados concernentes ao ICMS. Sua possibilidade, com base no Convênio ICMS-104/2002 659
 - 2.1 Generalidades 659
 - 2.2 Da juridicidade do Convênio ICMS-104/2002 660
 - 2.3 Da possibilidade jurídica da cessão de créditos tributários decorrentes de parcelamento 662
 - 2.4 Da juridicidade material e formal da cessão de créditos autorizada pelo Convênio ICMS-104/2002 666
3. A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade 666
4. O regime de substituição tributária para frente no ICMS, em operações interestaduais 667
 - 4.1 Generalidades 667
 - 4.2 Análise de um caso concreto 668
5. Os benefícios fiscais indutivos, em matéria de ICMS, e o modo de serem interpretados e aplicados 671
 - 5.1 Prolegômenos 671
 - 5.2 O significado e o alcance do art. 111, II, do CTN 675

Capítulo XIII – “CONVÊNIOS ICMS” E O ART. 14 DA “LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL”. SUA INAPLICABILIDADE 683

1. Introdução	683
2. O princípio federativo	683
3. O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua inaplicabilidade aos Estados	685
4. As isenções tributárias e o ICMS	687
5. A inaplicabilidade do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal às isenções de ICMS	688
6. Conclusão	689

Capítulo XIV – A LEI COMPLEMENTAR PREVISTA NO ART. 155, § 2º, XII, DA CF 691

Capítulo XV – O § 3º DO ART. 155 DA CF. A NÃO INCIDÊNCIA DA “COFINS” E DO “PIS” NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES ALI REFERIDAS 707

1. Introdução	707
2. As “contribuições” do art. 149 da CF	709
2.1 Generalidades	709
2.2 As “contribuições” e o campo tributário da União	711
3. As “contribuições sociais para a seguridade social”. Principais traços característicos	713
4. A “contribuição” para o PIS	714
4.1 Evolução legislativa	714
4.2 Breve constatação	717
4.3 A base de cálculo do PIS	718
5. A COFINS. Sua natureza jurídica	718
6. PIS e COFINS: irrelevância jurídica do “nomen iuris” e relevância da destinação do produto de sua arrecadação	718
6.1 Irrelevância jurídica do “nomen iuris”. Natureza tributária	719
6.2 Relevância da destinação do produto de sua arrecadação	720
6.3 PIS e COFINS: impostos	721
7. Considerações básicas	722
8. A posição do Judiciário sobre a matéria	726

Capítulo XVI – A INCONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS 729

1. Introdução	729
---------------------	-----

2. Noção de “faturamento” (“base de cálculo possível” do PIS e da COFINS) no contexto do art. 195, I, da CF	730
3. Ainda sobre a impossibilidade jurídica de o valor do ICMS figurar na base de cálculo do PIS e da COFINS	734
4. A Lei 9.718/1998 e a questão objeto deste capítulo	735
5. Considerações adicionais	736
6. O julgamento do RE 574.706-PR	742
7. Da inaplicabilidade da Solução de Consulta Interna COSIT-13/2018	758
8. A exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da COFINS: uma guerra que não termina	760
8.1 Diferenças entre o ICMS-próprio e o ICMS-ST	761
8.2 O contribuinte de direito, no ICMS-ST	762
8.3 A base de cálculo do ICMS-ST	763
8.4 O fato gerador definitivo (fato imponível) do ICMS-ST	765
8.5 A repercussão do ICMS-ST na base de cálculo do PIS/COFINS	767
8.6 O alcance da tese fixada pelo STF no julgamento do Tema 69 da Repercussão Geral	768
8.7 A pequena liberdade dada ao STJ pela decisão do STF no RE 1.258.842	769
8.8 O equivocado entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	770
8.9 Considerações complementares	770
8.10 Conclusão	774
9. O tratamento jurídico a ser dado às bonificações em mercadorias e à sua eventual inclusão na base de cálculo do PIS e da COFINS	775
10. A exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS	777
11. Do regime monofásico e do direito ao ressarcimento do ICMS indevidamente incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS	783
11.1 Introito	783
11.2 Das contribuições para o custeio da seguridade social (“contribuições sociais para a seguridade social”)	784
11.3 O PIS e a COFINS monofásicos. O caso das distribuidoras de veículos automotores	787
12. Da inconstitucionalidade da inserção do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS sobre importações de bens ou serviços	791

Capítulo XVII – O LANÇAMENTO DO ICMS	793
1. Introdução	793
2. Das modalidades de lançamento. Do lançamento por homologação	797
3. Nossa posição	798
4. A função do auto de infração	802
 Capítulo XVIII – DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS (OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS) RELATIVOS AO ICMS	 805
1. Generalidades	805
2. Eventuais irregularidades contidas na “nota fiscal”. Sua irrelevância para fins de pleno desfrute, pelo adquirente, do “princípio da não cumulatividade”	808
3. Necessária correlação entre os deveres instrumentais tributários e o ICMS	809
 Capítulo XIX – A APREENSÃO DE MERCADORIAS E O ICMS	 811
 Capítulo XX – A INCONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO POR MEIO DE DECRETO DE PRAZO E CONDIÇÕES PARA RECOLHIMENTO DO ICMS	 813
 Capítulo XXI – COMPETÊNCIA PARA CRIAR O ICMS. OBRIGATORIEDADE DE SEU EXERCÍCIO	 815
 Capítulo XXII – A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS	 817
 Capítulo XXIII – INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS EM MATÉRIA DE ICMS	 825
 Capítulo XXIV – O ICMS E OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	 831
1. Introdução	831
2. Peculiaridades dos chamados “crimes contra a ordem tributária”	832
3. O ICMS e o delito capitulado no art. 2º, II, da Lei 8.137/1990. Problemas conexos	835
3.1 Generalidades	835
3.2 Desenvolvimento da ideia	836
3.2.1 O art. 2º, II, da Lei 8.137/1990 e o crime de apropriação indébita	836
3.3 Síntese necessária	838
3.4 Atipicidade da conduta do contribuinte	839

3.5	Novas considerações	841
3.6	A recente decisão do STF	842
3.7	Situação das pessoas jurídicas e de seus diretores	844
3.8	Inconstitucionalidades da Lei 8.866/1994	844
4.	A lícita exclusão do valor do ICMS de sua própria base de cálculo	846
4.1	Colocação do problema	846
4.2	O crime de sonegação fiscal e a conduta ora em exame	847
4.3	Síntese conclusiva	848
5.	Correção dos créditos de ICMS pelo próprio contribuinte. Licitude da conduta	848

Capítulo XXV - ANOTAÇÕES ACERCA DA REFORMA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO, REALIZADA PELA EC 132/2023 E PARCIALMENTE POSITIVADA PELA LC 214/2025 851

1.	Introdução	851
2.	Inconstitucionalidades da Emenda Constitucional 132/2023, no que refere ao IBS	854
3.	Algumas leis complementares previstas na EC 132/2023	867
3.1	A lei complementar prevista no art. 156-A da CF	867
3.2	As leis complementares previstas no art. 156-B da CF	874
3.3	A lei complementar prevista no art. 156-B, § 8º, da CF	877
3.4	A lei complementar prevista no art. 149-C, §§ 1º e 2º, da CF	877
3.5	A lei complementar prevista no art. 195, V, da CF	877
3.6	A lei complementar prevista no art. 9º da EC 132/2023	878
3.7	As leis complementares previstas no art. 92-B, caput e nos §§ 2º, 3º e 6º, do ADCT	880
3.8	A lei complementar prevista no parágrafo único do art. 124 do ADCT	881
3.9	A lei complementar prevista no § 4º do art. 125 do ADCT	881
3.10	A lei complementar prevista no art. 126, III, do ADCT	882
3.11	As leis complementares previstas no art. 130, caput e § 10, do ADCT	882
3.12	As leis complementares previstas nos §§ 2º a 5º do art. 131 do ADCT	884
3.13	As leis complementares previstas nos §§ 4º a 13 do art. 9º do ADCT	886
3.14	A lei complementar prevista no § 3º do art. 132 do ADCT	888
3.15	As leis complementares previstas no art. 134, caput e § 6º, do ADCT	888

3.16 A lei complementar prevista no art. 135 do ADCT 889

3.17 As demais leis complementares previstas no ADCT, pela EC
132/2023 890

4. A Lei Complementar 214/2025 e o aprofundamento das
inconstitucionalidades da EC 132/2023 909

4.1 Considerações gerais 909

4.2 Análise de alguns dispositivos da LC 214/2025 923

5. Breves considerações adicionais 939

BIBLIOGRAFIA 943